

Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Anexos:

Parecer do Conselho Fiscal
Relatório dos Auditores Independentes

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em Reais)

Ativo		Passivo e patrimônio líquido			
	2017	2016		2017	2016
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	27.211.874,91	25.937.604,81	Fornecedores de bens e serviços (nota 7)	53.570,82	111.950,48
Créditos a receber (nota 4)	2.534.259,45	3.784.911,83	Obrigações trabalhistas e sociais (nota 8)	733.578,60	770.782,72
	29.746.134,36	29.722.516,64	Obrigações tributárias (nota 9)	87.090,98	98.955,33
Não circulante			Bancos contas movimento (saldo devedor)	1.013,38	5.388,42
Realizável a longo prazo (nota 5)	30.000,00	5.933,00	Recursos de projetos em execução (nota 10)	20.346.357,26	21.507.975,96
Imobilizado (nota 6)	1.103.769,26	1.128.657,92		21.221.611,04	22.495.052,91
	1.133.769,26	1.134.590,92	Patrimônio líquido (nota 12)		
			Patrimônio social	8.343.590,55	8.889.338,68
			Superávit (déficit) acumulado	1.314.702,03	(527.284,03)
				9.658.292,58	8.362.054,65
Total do ativo	30.879.903,62	30.857.107,56	Total do passivo e do patrimônio líquido	30.879.903,62	30.857.107,56

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em Reais)

	2017	2016
Receitas operacionais		
Com restrição		
Receitas de prestação de serviços sociais/atividades (nota 13.1)	1.049.994,83	2.232.228,03
Recursos públicos (nota 13.2)	1.723.913,15	737.113,76
Recursos de agências da cooperação internacional (nota 13.3)	9.837.502,72	7.214.285,80
Doações e contribuições de pessoas físicas	3.237,00	131,46
Doações e contribuições de pessoas jurídicas	100.350,00	125.877,52
Receitas financeiras (nota 13.4)	1.032.161,08	1.704.390,20
	13.747.158,78	12.014.026,77
Sem restrição		
Doações e contribuições de pessoas físicas	13.127,00	14.969,91
Receitas financeiras (nota 13.4)	494.180,00	595.222,92
Outras receitas (nota 13.5)	24.891,66	16.541,66
	532.198,66	626.734,49
Custo da prestação de serviços sociais/atividades (nota 14)	(9.776.510,30)	(9.627.331,23)
Resultado bruto	4.502.847,14	3.013.430,03
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas (nota 15)	(2.896.800,89)	(3.279.800,68)
Despesas tributárias (nota 16)	(17.412,44)	(3.771,19)
Depreciações (nota 6)	(207.503,52)	(203.389,09)
Despesas financeiras	(62.251,07)	(53.753,10)
Outras despesas (nota 17)	(4.177,19)	-
	(3.188.145,11)	(3.540.714,06)
Superávit (déficit) do exercício	1.314.702,03	(527.284,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Superávit (déficit) do exercício	1.314.702,03	(527.284,03)
Ajuste exercício anterior (nota 12.3)	<u>(18.464,10)</u>	<u>40.252,40</u>
Superávit (déficit) abrangente do exercício	<u><u>1.296.237,93</u></u>	<u><u>(487.031,63)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em Reais)

	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	7.192.978,97	1.656.107,31	8.849.086,28
Incorporação do superávit do exercício 2015 ao patrimônio social	1.656.107,31	(1.656.107,31)	-
Ajuste exercício anterior (nota 12.3)	40.252,40	-	40.252,40
Déficit do exercício	-	(527.284,03)	(527.284,03)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	8.889.338,68	(527.284,03)	8.362.054,65
Incorporação do déficit do exercício 2016 ao patrimônio social	(527.284,03)	527.284,03	-
Ajuste exercício anterior (nota 12.3)	(18.464,10)	-	(18.464,10)
Superávit do exercício	-	1.314.702,03	1.314.702,03
Saldos em 31 de dezembro de 2017	8.343.590,55	1.314.702,03	9.658.292,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	1.314.702,03	(527.284,03)
Ajustes por:		
Ajuste exercício anterior	6.050,69	40.252,40
Depreciação	207.503,52	203.389,09
Resultado na baixa de bens do ativo imobilizado	(20.321,32)	(13.804,09)
Superávit (déficit) do exercício ajustado	<u>1.507.934,92</u>	<u>(297.446,63)</u>
(Aumento) redução nos ativos circulantes e no realizável a longo prazo :		
Créditos a receber	1.250.652,38	(1.971.488,93)
Realizável a longo prazo	(24.067,00)	(5.933,00)
	<u>1.226.585,38</u>	<u>(1.977.421,93)</u>
Aumento (redução) nos passivos circulantes:		
Fornecedores de bens e serviços	(58.379,66)	68.316,05
Obrigações trabalhistas e sociais	(37.204,12)	100.878,37
Obrigações tributárias	(11.864,35)	26.218,16
Bancos contas movimento (saldo devedor)	(4.375,04)	(4.077,17)
Recursos de projetos em execução	(1.161.618,70)	2.308.226,09
	<u>(1.273.441,87)</u>	<u>2.499.561,50</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>1.461.078,43</u>	<u>224.692,94</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recursos recebidos pela venda de bens do ativo imobilizado	36.500,00	24.000,00
Aquisição de imobilizado	(223.308,33)	(189.335,85)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	<u>(186.808,33)</u>	<u>(165.335,85)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.274.270,10	59.357,09
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	25.937.604,81	25.878.247,72
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>27.211.874,91</u>	<u>25.937.604,81</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Objetivos

A FASE, constituída em 30 de novembro de 1961 como uma associação de direito privado, de fins não econômicos, de caráter beneficente, educativo e de assistência social tem como objetivos:

- Promover nas parcelas da população com as quais trabalha a Educação e o Desenvolvimento, incentivando para tal, comportamentos de participação, organização e solidariedade, e criando ou estimulando, para este fim, atividades, movimentos, organismos e associações, bem como promovendo a defesa do meio-ambiente e a educação ambiental;
- Contribuir para o enfrentamento da pobreza, para a garantia dos mínimos sociais, para o provimento de condições para atender às contingências sociais, e para a universalização dos direitos sociais.
- Executar atividades de assistência técnica e extensão rural, inclusive para o público da agricultura familiar, adotando metodologia participativa, com enfoque e equipe multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública, por meio da elaboração de planos, projetos e outras ações necessárias para realizar seus objetivos;
- Criar, aperfeiçoar e transmitir uma metodologia que instrumentalize os seus objetivos, assim como divulgar resultados de pesquisas, estudos e avaliações.

Missão

É missão da FASE, contribuir para a construção de uma sociedade democrática através de uma alternativa de desenvolvimento que contemple a inclusão social com justiça, a sustentabilidade do meio ambiente e a universalização dos direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais, civis e políticos.

Certificações

A FASE está registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) sob nº 116.356/62, no Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro (CMAS) sob o nº 0158/99, possui os títulos de Utilidade Pública Federal/UPF (Decreto 62.891 de 24/06/68 e Decretos não numerados de 27/05/92 e 26/08/92 – D.O.U 28/05/92 e 27/08/92 respectivamente) e Estadual/UPE (Lei 909 de 04/02/66 – D.O.E 10/02/66). É portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), processo de renovação nº 71000.058696/2014-15, para o período 2015-2017. É membro da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG) e está registrada no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CNEA/CONAMA), Portaria Interministerial nº 154/2003 (D.O.U 31/03/2003) e na European Commission's Authentication Service (ECAS/PADOR) sob o n.º BR-2008-EIY-0702756386.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas pela Administração da entidade, sendo de sua responsabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estando em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Como se trata de uma associação sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução nº 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 – Instituto sem finalidade de lucros. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração da entidade em 22 de junho de 2018.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto as aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional utilizada pela entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração da entidade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa suas estimativas e premissas anualmente. As informações sobre estimativas e premissas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nas demonstrações contábeis do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 06 – Imobilizado;

Nota 20 – Provisão para contingências

2.5. Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente está sendo apresentada, uma vez que a entidade apurou registros contábeis de outros resultados abrangentes, sejam receitas ou despesas, diferentes daqueles que já estão apresentados nas demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2.6. Principais práticas contábeis adotadas

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas foram contabilizadas segundo o princípio de competência de exercícios. Os valores para aplicação específica, vinculados a contratos, convênios e outros instrumentos, foram reconhecidos ao resultado na medida da efetiva realização dos respectivos gastos. Doações de bens patrimoniais são contabilizadas diretamente no patrimônio social. Os superávits apurados em cada exercício fiscal são integralmente destinados à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos estatutários da entidade.

b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com razoável segurança. Um passivo é registrado no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado (Nota Explicativa nº 3). As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

d) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais, da mão de obra e de quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e,

quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear e em função da vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado. Esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à entidade sobre condições de que não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A entidade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva a entidade utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da entidade são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2017.

f) Obrigações tributárias e previdenciárias – Imunidade tributária (CF, art. 150, inciso VI, alínea “c”)

A entidade, por sua finalidade e objetivos e atender aos requisitos da legislação em vigor, usufrui de isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), do Imposto sobre a

Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), da Contribuição Previdenciária Patronal (CPP/INSS), da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Taxa de Incêndio e demais impostos e contribuições alcançados pela sua condição de entidade imune. O PIS/PASEP - Programa de Integração Social e de Formação do Servidor Público é calculado na base de 1% da folha de pagamento. O valor da renúncia fiscal decorrente do não recolhimento das contribuições previdenciárias patronais está evidenciado na Nota Explicativa nº 18 como se tais obrigações devidas fossem.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Caixa	3.300,00	2.150,00
Bancos contas movimento – recursos sem restrição	1,00	4.708,41
Bancos contas movimento – recursos com restrição (i)	453.587,25	423.752,41
Aplicações de liquidez imediata – recursos sem restrição (ii)	5.664.627,54	5.153.738,81
Aplicações de liquidez imediata – recursos com restrição (i) (ii)	21.090.359,12	20.353.255,18
Totais	27.211.874,91	25.937.604,81

(i) Recursos com restrição de movimentação decorrente de cláusula contratual de projetos em execução, depositados em contas bancárias específicas.

(ii) A fim de remunerar sua disponibilidade, a entidade busca alocar seus recursos em produtos bancários de aplicação financeira em quotas de fundos, notadamente de baixo risco e com liquidez diária, podendo ser negociados por prazos determinados em contrapartida ao aumento significativo de sua rentabilidade. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Contam com a solidez de bancos de primeira linha (Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal, Banco do Estado da Amazônia, Banco Bradesco S/A e Banco Itaú S/A) e garantia de até R\$ 250 mil do FGC – Fundo Garantidor de Créditos.

4. CRÉDITOS A RECEBER

	2017	2016
Contas a receber (i)	620.084,45	1.778.111,96
Adiantamentos terceiros (ii)	1.665.616,31	1.755.444,78
Créditos de funcionários (iii)	178.210,21	185.884,52
Tributos a recuperar (iv)	34.948,43	29.228,15
Depósitos restituíveis (v)	12.740,42	12.740,42
Despesas antecipadas (vi)	22.659,63	23.502,00
Totais	2.534.259,45	3.784.911,83

(i) Parcelas a receber relativas a projetos em execução conforme contratos firmados com o MDA (FASE MT), Secretaria Estadual de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (FASE BA), Secretaria da Mulher (FASE PE) e outros valores a receber de pequena monta.

(ii) Repasses efetuados a entidades sem fins lucrativos cujos projetos foram selecionados no âmbito das chamadas públicas previstas no contrato de concessão financeira não reembolsável firmado com o BNDES e outros valores de pequena monta adiantados a terceiros.

(iii) Adiantamentos para despesas e antecipação de salários.

(iv) Impostos e contribuições retidos na fonte ou pagos indevidamente.

(v) Depósitos judiciais trabalhistas e de garantia contratual (caução).

(vi) Despesas do exercício seguinte (assinaturas, seguros e vale transporte).

5. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

	2017	2016
Empréstimos a entidades congêneres (i)	30.000,00	5.933,00

(i) Empréstimos efetuados por acordo administrativo sem cláusulas de garantia e encargos financeiros.

6. IMOBILIZADO

Composição do Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo de aquisição em 31/12/2017	Depreciações acumuladas em 31/12/2017	Imobilizado líquido em 31/12/2017	Imobilizado líquido em 31/12/2016
Imóveis de uso próprio		1.587.916,36	(1.035.504,29)	552.412,07	546.079,34
Edificações	4	1.587.916,36	(1.035.504,29)	552.412,07	546.079,34
Bens Móveis		3.666.817,62	(3.115.460,43)	551.357,19	582.578,58
Máquinas e equipamentos	10	582.002,80	(581.412,01)	590,79	-
Móveis e utensílios	10	931.580,18	(765.208,18)	166.372,00	165.348,01
Informática	20	1.327.859,80	(1.212.958,83)	114.900,97	138.600,76
Veículos	20	825.374,84	(555.881,41)	269.493,43	278.629,81
Totais		5.254.733,98	(4.150.964,72)	1.103.769,26	1.128.657,92

Movimentação do Imobilizado

Descrição	Imobilizado líquido em 31/12/2016	Aquisições em 2017	Venda/Baixa/Ajustes de Imobilizado em 2017	Depreciação em 2017	Imobilizado líquido em 31/12/2017
Imóveis de uso próprio	546.079,34	47.073,63	1.691,79	(42.432,69)	552.412,07
Edificações	546.079,34	47.073,63	1.691,79	(42.432,69)	552.412,07
Bens Móveis	582.578,58	176.234,70	(42.385,26)	(165.070,83)	551.357,19
Máquinas e equipamentos	-	-	1.064,31	(473,52)	590,79
Móveis e utensílios	165.348,01	38.469,28	(7.289,05)	(30.156,24)	166.372,00
Informática	138.600,76	34.365,59	(15.699,16)	(42.366,22)	114.900,97
Veículos	278.629,81	103.399,83	(20.461,36)	(92.074,85)	269.493,43
Totais	1.128.657,92	223.308,33	(40.693,47)	(207.503,52)	1.103.769,26

A Administração da FASE revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e dos demais ativos relevantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas é aplicado o teste de recuperabilidade e se o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A FASE não identificou indicativos de perda de seu valor recuperável para o exercício 2017. Além disso identificou que o custo para a realização do teste seria incompatível com o benefício gerado para a informação.

7. FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

	2017	2016
Fornecedores de bens e materiais de consumo	348,76	0,90
Prestadores de serviços a pagar	38.085,97	17.856,73
Outras contas a pagar	15.136,09	94.092,85
Totais	53.570,82	111.950,48

8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

Registra o valor da provisão de férias e dos respectivos encargos calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até 31 de dezembro de cada exercício, o valor dos encargos sociais e outras obrigações trabalhistas e sociais a pagar/recolher.

	2017	2016
Salários e ordenados a pagar	-	2.689,45
Provisão de férias e encargos	639.107,39	660.098,79
Seguro vida em grupo a pagar	2.451,20	2.356,29
FGTS a pagar	48.638,84	56.729,94

Previdência social a pagar/recolher (2305 CLT)	38.188,65	40.734,23
Previdência social a pagar/recolher (2305 AUT)	5.192,52	1.080,00
PIS a pagar (8301)	-	7.094,02
Totais	733.578,60	770.782,72

9. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Registra o valor dos tributos a recolher retidos na fonte:

	2017	2016
IRRF PF a recolher (0561)	82.682,86	98.567,61
IRRF PF a recolher (0588)	1.825,95	67,20
IRRF PJ a recolher (1708)	418,15	-
COFINS/CSLL/PIS a recolher (5952)	1.617,42	37,22
ISSRF a recolher	546,60	283,30
Totais	87.090,98	98.955,33

10. RECURSOS DE PROJETOS A APLICAR

Valor dos saldos apurados em 31 de dezembro da execução de projetos sociais vinculados a convênios e contratos cuja aplicação ocorrerá no exercício seguinte.

	2017	2016
Convênios com órgãos públicos (i)	14.735.108,20	15.277.900,81
Contratos com agências da cooperação internacional (ii)	5.583.549,06	6.196.155,86
Outros recursos (iii)	27.700,00	33.919,29
Totais	20.346.357,26	21.507.975,96

(i) Convênios com órgãos públicos

	2017	2016
1214 - NE/PROJ MULHERES.../FMMA	51.929,00	-
1222 - PA/FUNDO AMAZONIA/BNDES	2.170.938,97	3.331.508,92
1510 - MT/PRONAF 2628-193587/2006/MDA	-	25.069,34
1511 - MT/PRONAT 0346530-29/2010/MDA	636.614,10	595.161,52
1535 - PA/FUNDO DEMA/IBAMA (nota 11)	11.875.626,13	11.313.341,34
1563 - NAC/CONSTRUÇÃO E DISSEMINAÇÃO/PDA 429-MA	-	12.819,69
Totais	14.735.108,20	15.277.900,81

(ii) Contratos de cooperação internacional

	2017	2016
1201 - NAC/DIREITOS TERRITORIAIS.../F FORD	-	609.518,51
1202 - NAC/FORTALECENDO AS RESISTENCIAS/F FORD	256.379,64	-
1206 - NAC/MULHERES NEGRAS.../OXFAM	45.927,03	54.911,22
1207 - NAC/DCI-NSAPVD2014 337-711/EU	347.130,02	464.083,67
1208 - PA/SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL/HBS	299,93	18.726,86
1210 - PA/O CAR.../F FORD	217.272,61	335.024,14
1217 - PA/APOIO A PROD/MANOS UNIDAS	2.742,90	3.271,60
1219 - NAC/EIDHR/2015/371-270/EU	-	463.592,72
1502 - NAC/JUVENTUDE CIDADES OHK/OXFAM	15.891,97	-
1503 - NAC/DEMOCRACIA E CULTURA/RLS	6.989,37	68,89
1534 - PE/URBAN PARTICIPATION.../OAK FOUNDATION	75.495,13	-
1535 - PA/FUNDO DEMA/F.FORD (nota 11)	4.408.401,34	4.200.432,99
1539 - PA/INTERCAMBIO EXPER GESTÃO.../F FORD	172.528,23	-
1554 - PA/DIREITO E SUSTENT NA AMAZONIA/ASW	22.864,14	20.769,09
1560 - PA/VÍNCULOS SOLIDÁRIOS/AAID	11.626,75	25.756,17
Totais	5.583.549,06	6.196.155,86

(iii) Outros recursos

	2017	2016
1402 – SAAP/FUNDO CIRCO DU SOLEIL/DIVS	-	33.919,29
1516 – NAC/COMIDA E PATRIMONIO/CNBB	27.000,00	-
Totais	27.000,00	33.919,29

11. PROJETO PA/FUNDO DEMA/IBAMA

Criado em 2003 a partir da doação com encargos de 6.000 toras de mogno (*Swietenia macrophylla* King) apreendidas pelo IBAMA, o FUNDO DEMA, uma homenagem a Ademir Alfeu Federicci, Dema para os amigos, líder dos movimentos sociais da região Altamira/Xingu, assassinado em 2001, é um fundo permanente de financiamento de projetos de proteção ambiental, manejo florestal comunitário e ações de desenvolvimento e inclusão social. A doação qualificada do mogno apreendido golpeou a exploração ilegal e selou uma aliança inédita entre o Governo Federal, o Ministério Público, as ONGs e os movimentos sociais da região em favor do desenvolvimento sustentável e democrático da Amazônia. O fundo é de responsabilidade da FASE e deverá, de acordo com as tradições e missão desta instituição, ser gerido de forma compartilhada com as entidades e movimentos sociais da região de origem da madeira. O seu regulamento prevê o funcionamento de um comitê gestor e um conselho consultivo garantindo, assim, em primeira instância, a representação dos movimentos e entidades da região Altamira/Xingu. O fundo é mantido pelo aporte inicial resultante da doação do IBAMA, pela contribuição da Fundação Ford em 2005 de R\$ 2.227.000,00 e pelas receitas financeiras decorrentes da aplicação das disponibilidades em fundos de investimentos geridos pelo Banco da Amazônia S/A.

DEMONSTRATIVO DO SALDO DO FUNDO DEMA	2017	2016
Saldo inicial	15.513.774,33	14.562.314,51
Receitas Financeiras	1.463.475,99	1.922.359,48
(-) Despesas de atividades e administrativas do Fundo	(693.222,85)	(970.899,66)
Saldo em 31 de dezembro	16.284.027,47	15.513.774,33

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1. Patrimônio Social

Registra os valores dos superávits e déficits apurados em cada exercício e aprovados pela Assembleia Geral da FASE, dos ajustes decorrentes de retificação de valores do ativo imobilizado e de erro contábil imputável a determinado exercício anterior, dos bens recebidos por doação e da devolução de recursos de projetos encerrados em exercícios anteriores.

12.2. Superávit (déficit) do exercício

Registra o valor do superávit (déficit) do último exercício a ser submetido à apreciação da Assembleia Geral.

12.3. Ajustes de exercícios anteriores

	2017	2016
Regularização de erro na contabilização dos rendimentos financeiros de exercício 2015 do projeto MT/Pronat 0346530-29/MDA (i)	-	40.252,40
Ajuste encerramento PE/Agroec/C. Sabia	0,09	-
Reversão Provisão PIS	6.050,60	-
Ajuste saldo Imobilizado	(24.514,79)	-
Totais	(18.464,10)	40.252,40

(i) Em função da imaterialidade do ajuste realizado e de acordo com a Seção 10 da NBC TG 1000 (R1), as Demonstrações Contábeis de 2016 não foram reapresentadas.

13. RECEITAS OPERACIONAIS

13.1 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS/ATIVIDADES

Registra os recursos provenientes de contratos de prestação de serviços sociais e da venda de produtos educacionais, tais como livros, cartilhas e outras publicações, cujo resultado financeiro é integralmente destinado ao desenvolvimento das finalidades institucionais da entidade.

Com restrição

	2017	2016
Secretaria Estadual Especial da Mulher (Recife/PE): Contrato 055/2016 e 055/2017	119.043,00	166.630,00
Secretaria Estadual Especial da Mulher (Recife/PE): Contrato 037/2017	198.548,03	-
Fundação Roberto Marinho	39.637,30	-
MDA (MT): Contrato TC.MT0000115/12	-	1.526.483,54
MDA (MT): Contrato 102-14	624.335,98	539.114,49
CAR (BA): Contrato 020/2017	68.430,52	-
Totais	1.049.994,83	2.232.228,03

13.2. RECURSOS PÚBLICOS

Registra os recursos públicos para execução de projetos sociais, cuja aplicação está vinculada aos termos dos convênios/contratos assinados e sujeita a prestação de contas. Os valores apresentados referem-se ao montante aplicado em cada exercício, uma vez que eventuais saldos apurados em prestação de contas foram transferidos para o Passivo Circulante-Fundos de projetos a aplicar (ver nota 10).

Com restrição

	2017	2016
Convênios com órgãos públicos federais	1.723.842,15	701.186,04
Convênios com órgãos públicos municipais	71,00	35.927,72
Totais	1.723.913,15	737.113,76

13.3. RECURSOS DE AGÊNCIAS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Registra os recursos recebidos de agências da cooperação internacional para execução de projetos sociais, cuja aplicação está vinculada aos termos dos contratos assinados e sujeita a prestação de contas. Os valores apresentados referem-se ao montante aplicado em cada exercício, uma vez que eventuais saldos apurados em prestação de contas foram transferidos para o Passivo Circulante-Fundos de projetos a aplicar (ver nota 10).

Com restrição

	2017	2016
Ação Quaresmal Suíça	189.285,72	252.741,31
Actionaid	251.770,72	282.340,12
Brot Fuer Die Welt	3.393.309,02	2.823.950,00
CCFD	353.662,79	-
Development & Paix	364.200,00	403.500,00
Fundação Ford	1.658.362,17	1.067.269,89
Fundação Rosa Luxemburgo	165.010,63	173.401,81
Heinrich Boll Stiftung	305.717,41	358.376,84
KZE/Misereor	772.438,80	182.193,64
Norwegian Church Aid	-	105.316,44
Oxfam	371.154,77	104.465,71
União Europeia	1.114.050,76	897.154,01
Fundação OAK	322.073,64	-
Outras doações internacionais	576.466,29	563.576,03
Totais	9.837.502,72	7.214.285,80

13.4. RECEITAS FINANCEIRAS

Com restrição

	2017	2016
Descontos obtidos	19.737,98	17.902,25
Renda de aluguéis e arrendamentos	9.557,12	9.880,45
Rendimentos de aplicações financeiras	1.006.339,20	1.677.322,25
Imposto de renda retido na fonte	(2.799,02)	(587,30)
Imposto sobre operações financeiras	(432,09)	(127,45)
Variação cambial ativa	(242,11)	-
Totais	1.032.161,08	1.704.390,20

Sem restrição

	2017	2016
Rendimentos de aplicações financeiras	494.180,00	595.222,92
Totais	494.180,00	595.222,92

13.5. OUTRAS DESPESAS (RECEITAS)

	2017	2016
Recuperação de despesas	4.570,34	2.737,57
Ganhos na alienação/baixa do imobilizado	20.321,32	13.804,09
Totais	24.891,66	16.541,66

14. CUSTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS/ATIVIDADES

Registra os gastos diretos com projetos sociais voltados para a defesa e garantia de direitos, de desenvolvimento urbano, de agroecologia e segurança alimentar e de meio ambiente (atividades fim).

	2017	2016
Custos de pessoal com vínculo empregatício	4.550.005,49	4.826.668,91
Custos de pessoal sem vínculo empregatício	286.024,04	243.871,40
Outros custos de serviços sociais prestados (i)	4.940.480,77	4.556.790,92
Totais	9.776.510,30	9.627.331,23

(i) Comunicação, diárias e outras despesas de viagem, doações e contribuições a projetos comunitários, material de consumo, passagens aéreas, rodoviárias e fluviais, publicações técnicas e outros serviços de terceiros.

15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Registra as despesas com administração e infraestrutura da entidade (atividades meio).

	2017	2016
Despesas de pessoal com vínculo empregatício	1.875.387,16	1.934.676,39
Despesas de pessoal sem vínculo empregatício	68.510,16	50.158,18
Outras despesas administrativas (i)	952.903,57	1.294.966,11
Totais	2.896.800,89	3.279.800,68

(i) Aluguel e condomínio, comunicação, contribuições a entidades de classe, informática, despesas legais e judiciais, condução local, energia elétrica, gás, água e esgoto, manutenção e reparos de bens móveis e imóveis, material de expediente, prêmios de seguros contratados, auditoria e outras despesas.

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2017	2016
Tributos/taxas/contribuições federais	1.920,92	12,54
Tributos/taxas/contribuições estaduais	7.982,51	929,30
Tributos/taxas/contribuições municipais	7.509,01	2.829,35
Totais	17.412,44	3.771,19

17. OUTRAS DESPESAS

	2017	2016
Outras Perdas	4.177,19	-
Totais	4.177,19	-

18. ISENÇÕES USUFRUÍDAS (CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS)

A renúncia fiscal relacionada ao não recolhimento das contribuições previdenciárias patronais está assim demonstrada:

	2017	2016
Contribuição previdenciária, SAT e terceiros (25,4%) - CLT	1.405.461,97	1.342.921,83
Contribuição previdenciária (20%) - Autônomos	41.541,32	57.488,44
Total	1.447.003,29	1.400.410,27

19. SEGUROS

A entidade possui cobertura de seguros sobre os bens do ativo imobilizado, considerados pelos seus gestores, em montante suficiente para cobrir eventuais sinistros.

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2017, com base na opinião de seus assessores legais e por contar com recursos próprios disponíveis em seu caixa em montante suficiente para honrar os valores envolvidos, a Administração julgou não haver necessidade de constituição de provisão para os processos abaixo relacionados de natureza cível:

✓ Processos com estimativa de perda possível:

1027-53.2010.8.11.0041 2ª. Vara Especial da Fazenda Pública Cuiabá/MT R\$ 100.000,00.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – GERENCIAMENTO DE RISCOS

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da entidade, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo, contas a receber e contas a pagar. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado. Durante os exercícios de 2017 e 2016, a entidade não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos. A entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **Risco de crédito** - é o risco de déficit financeiro da entidade caso uma contraparte em qualquer dos instrumentos contratuais falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos seus recebíveis. Historicamente a entidade não tem sofrido perdas relevantes decorrentes da falta de cumprimento de obrigações financeiras com os seus financiadores. **Risco de liquidez** - é o risco de a entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade. **Risco de mercado** - é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio para os recursos recebidos do exterior e taxas de juros das aplicações financeiras, têm nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Com relação às taxas de juros, a entidade administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de primeira linha. **Estrutura do gerenciamento de risco** - A entidade avalia os riscos nos seus instrumentos financeiros e define quais são os limites apropriados e aceitáveis considerando as suas operações e objetivos.

22. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os estatutos sociais da Entidade possuem previsão de não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Assim sendo, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagem ou benefício, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes forem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram após 31/12/2017 até 22/06/2018, data de autorização de sua emissão, eventos que pudessem alterar de forma significativa estas Demonstrações Contábeis e as operações da Entidade.

24. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Apresentamos abaixo informações não auditadas relativas ao perfil funcional, encargos sociais recolhidos e benefícios concedidos aos colaboradores da entidade.

Indicadores do corpo funcional	2017	2016
N.º de colaboradores ao final do período	80	81
N.º de colaboradores admitidos	7	11
N.º de colaboradores demitidos	8	13
N.º de colaboradores com idade acima de 45 anos	37	36
N.º de colaboradores com formação superior	55	58

N.º de mulheres que trabalham na entidade	52	51
N.º de cargos de chefia ocupados por mulheres	9	10
N.º de negros que trabalham na entidade	15	16
N.º de dependentes (plano de saúde em grupo)	25	21
Indicadores sociais internos	R\$	R\$
Encargos sociais (FGTS e PIS/PASEP)	456.424,08	563.846,81
Assistência médica (plano de saúde em grupo)	403.959,83	380.071,10
Programa de saúde ocupacional	3.860,45	3.864,00
Auxílio educação/creche	19.705,72	35.450,93
Seguro de vida em grupo	29.071,38	28.287,61
Condução urbana (excedente vale transporte)	28.487,63	25.545,69

Tatiana Dahmer Pereira
Presidente
CPF/MF 024.951.757-40

Valéria Pires Falcão
Contadora CRC/RJ 097792/O-7
CPF/MF 916.338.427-20

Associados Efetivos

Ana Toni
Breno Bringel
Cândido Grzybowski
Fatima Mello
Isabel Cristina da Costa Cardoso
Yves Lesbaupin

José Sérgio Leite Lopes
Liszt Benjamin Vieira
Lúcia Maria Xavier de Castro
Sérgio Góes de Paula
Vanessa Schottz Rodrigues



Conselho Deliberativo

Presidente

Tatiana Dahmer Pereira

Vice-Presidente

Leilah Landim Assumpção

1ª Secretário

André Pacheco Teixeira Mendes

2ª Secretário

Décio Lima de Castro

3ª Secretário

Leila de Andrade Linhares Barsted

Suplentes

Adhemar dos Santos Mineiro

José Sérgio Leite Lopes

Márcia da Silva Pereira Leite

Neide Esterci

Renato Sérgio Maluf



Conselho Fiscal

Carlos Bernardo Vainer

Jorge Vicente Muñoz

Paulo Frederico Petersen

Ricardo Gouveia Corrêa



Diretoria Executiva

Diretor Executivo Nacional

Leticia Rangel Tura

Diretor Executivo Adjunto

Evanildo Barbosa da Silva